

- Nas questões de 1 a 50, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Use a folha de rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nas questões que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto I – questões de 1 a 3

1 A democracia eletiva nasceu na Grécia, proclamam norte-americanos e ingleses. Homens livres escolhiam os dirigentes da *polis* e votavam as leis.

4 A defesa das fronteiras e a ordem interna eram mantidas pelos cidadãos em armas. A liberdade democrática exigia pleno domínio do território e dos recursos

7 naturais, privilégio dos que votavam nas assembleias. No cerne dessa experiência democrática primeva, que inclui as eleições livres, existiu o que, no Estado

10 moderno, foi concebido como soberania. Embora um Estado possa exibir a marca de soberano sem ter a

13 democracia, não existe esta última desprovida do controle sobre as formas econômicas, políticas e jurídicas. As eleições democráticas, recentes no Estado nacional, só têm legítimo direito quando um povo

16 soberano, reunido, goza de pleno domínio sobre o território e sobre os corpos de seus integrantes.

Roberto Romano. *Crise camuflada*. In: *Folha de S. Paulo*, 29/1/2005 (com adaptações).

QUESTÃO 1

Julgue os itens a seguir, a respeito de como “soberania” (ℓ.10) é caracterizada no texto I.

- I Não existe sem democracia.
- II Surgiu com a democracia na Grécia.
- III Associa-se ao controle das formas econômicas, políticas e jurídicas.
- IV Manifesta-se pelo domínio sobre o território e sobre os corpos de seus integrantes.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C I e IV.
- D II e III.
- E III e IV.

QUESTÃO 2

Assinale a opção em que o termo apresentado é utilizado como agente da passiva no texto I.

- A “pelos cidadãos” (ℓ.5)
- B “como soberania” (ℓ.10)
- C “de soberano” (ℓ.11)
- D “sobre o território” (ℓ.16-17)
- E “de seus integrantes” (ℓ.17)

QUESTÃO 3

Preservam-se a correção gramatical e a coerência do texto I ao substituir

- A “dos que” (ℓ.7) por **de quem**.
- B “o que” (ℓ.9) por **aquilo que**.
- C “Embora” (ℓ.10) por **Apesar de**.
- D “sobre as” (ℓ.13) por **pelas**.
- E “quando” (ℓ.15) por **em que**.

Texto II – questões de 4 a 6

1 A eliminação das fronteiras econômicas mexe duplamente com nosso imaginário. Ela contraria posições atávicas entranhadas pela tradição e pelo hábito, já que a idéia de nação está fundada na

4 solidez da identidade e na segurança do território. Mas, ao mesmo tempo, a integração dos mercados cumpre anseios de uma confraternização planetária, sonho antigo perseguido pelo homem.

7 Essa duplicidade, longe de nos atemorizar, deve servir de estímulo. Pois a globalização da economia não descaracteriza o perfil nacional, antes o fortalece, à medida que permite alavancar o

10 desenvolvimento social, gerando mais empregos e distribuindo riquezas. A eliminação das barreiras entre os países, ao mesmo tempo, costuma ter impacto benéfico na rotina dos povos.

13 O MERCOSUL não é um capricho dos governantes, ou mais um exercício de diplomacia. É uma experiência que, ao mexer com posturas arraigadas, impõe uma nova estratégia para o conjunto da

16 sociedade.

Ruy Altenfelder. *MERCOSUL: teoria e prática*. In: *Folha de S. Paulo*, 31/1/2005 (com adaptações).

QUESTÃO 4

Assinale a opção cujos argumentos justificam o emprego do advérbio “duplamente” (ℓ.1) no texto II.

- A contraria posições atávicas / funda a idéia de nação na solidez da identidade
- B contraria a idéia de identidade ligada a território / cumpre anseios de confraternização planetária
- C integra mercados / serve de estímulo para a globalização
- D atemoriza / descaracteriza o perfil nacional
- E representa um exercício da diplomacia / alavanca o desenvolvimento

QUESTÃO 5

Assinale a opção cujo fragmento do texto II nela apresentado **não** compõe no texto uma cadeia coesiva com “A eliminação das fronteiras econômicas” (ℓ.1) por **não** se referir à mesma idéia.

- A “Ela” (ℓ.2)
- B “integração dos mercados” (ℓ.5)
- C “globalização da economia” (ℓ.8)
- D “desenvolvimento social” (ℓ.10)
- E “eliminação das barreiras entre os países” (ℓ.11)

QUESTÃO 6

Desconsiderando os devidos ajustes nas letras maiúsculas e minúsculas, assinale a opção cuja alteração proposta provoca **erro** gramatical ou incoerência no desenvolvimento das idéias do texto II.

- A Deslocamento da oração “já que a idéia de nação está fundada na solidez da identidade” (ℓ.3-4) para o início do período sintático em que se encontra.
- B Na linha 7, deslocamento da expressão “longe de nos atemorizar” para o início do período, eliminando-se a vírgula depois de “duplicidade”.
- C Troca de lugar entre o trecho “gerando (...) riquezas”, (ℓ.10-11) e a oração iniciada por “à medida que” (ℓ.9).
- D Troca de lugar entre as expressões “um capricho dos governantes” (ℓ.13) e “mais um exercício de diplomacia” (ℓ.13-14).
- E Deslocamento da oração “ao mexer com posturas arraigadas,” (ℓ.14-15) para o início do período, eliminando-se a vírgula depois de “que” (ℓ.14).

Texto III – questões de 7 a 10

1 **Veja** — O senhor acredita que um dia todos os países serão democracias?

Fukuyama — Sim, em um futuro distante. O mundo
4 tende a seguir esse caminho. Desde a década de 70 houve grande expansão da democracia liberal. Acredito que existe algo que podemos chamar de progresso histórico, muito lento
7 e que às vezes retrocede. Neste momento, estamos vivendo um período bastante perigoso da história. Há instabilidade, desordem e violência. Com certeza mais do que existia
10 dez anos atrás. No curto prazo, teremos de enfrentar perigos sérios. No longo prazo, os conflitos armados vão diminuir à medida que houver mais democracia.

13 (...)

Veja — E os Estados fracos?

Fukuyama — Essa é uma categoria mais ampla de
16 países, incluindo algumas economias de porte médio, que têm governos estáveis. Não podem ser chamados de Estados falidos, mas apresentam problemas sérios em suas estruturas
19 e em suas instituições. Eles têm dificuldade em aplicar as leis e exibem alto nível de corrupção política. Esse conjunto de fraquezas atrapalha o desenvolvimento econômico e o esforço
22 para diminuir a pobreza. O Brasil e os outros países da América Latina fazem parte desse grupo.

Veja, 17/11/2004 (com adaptações).

QUESTÃO 7

Julgue os seguintes itens, a respeito da organização das idéias no texto III.

- I A expressão “esse caminho” (l.4) refere-se à conquista da democracia.
II O tempo correspondente a “Neste momento” (l.7) apresenta “instabilidade, desordem e violência” (l.8-9).
III Nas linhas 10 e 11, a relação entre “curto prazo” e “longo prazo” é diretamente proporcional ao acirramento dos conflitos armados e à diminuição de democracia.
IV Estados fracos apresentam problemas econômicos decorrentes de um conjunto de fraquezas políticas.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 0. B 1. C 2. D 3. E 4.

QUESTÃO 8

No texto III, os tempos e modos verbais serão respeitados e a correção gramatical será preservada caso se substitua

- A “houve” (l.4) por **existia**.
B “existe” (l.5) por **haja**.
C “Há” (l.8) por **Existe**.
D “existia” (l.9) por **houve**.
E “houver” (l.12) por **existirem**.

QUESTÃO 9

Como textos de documentos oficiais devem respeitar o padrão culto da língua portuguesa, a transcrição de trechos da entrevista para um relatório apresentada no texto III, por exemplo, **não** seria adequada por provocar **erro** gramatical se fosse inserido o termo

- A **a** antes de “que podemos chamar” (l.6).
B **em** antes de “um período” (l.8).
C **há** antes de “desordem” (l.9).
D **há** antes de “dez anos” (l.10).
E **aí** antes de “algumas” (l.16).

QUESTÃO 10

Assinale a opção em que a alteração proposta para o texto III nos sinais de pontuação desrespeita as regras gramaticais, desconsiderados os necessários ajustes nas letras maiúsculas e minúsculas.

- A Inserção de vírgula logo depois de “70” (l.4).
B Substituição da vírgula imediatamente após “histórico” (l.6) por travessão.
C Substituição do ponto logo depois de “história” (l.8) por dois-pontos.
D Retirada da vírgula imediatamente após “médio” (l.16).
E Inserção de vírgula logo depois de “dificuldade” (l.19).

QUESTÃO 11

Miscigenação de culturas e influências diversas, desde as que remontam à colonização do Brasil até as oriundas dos demais estados brasileiros, enriquecem a cultura popular do Tocantins. Em meio a essas manifestações, nas quais a religiosidade popular se faz muito presente, destacam-se, entre outras, as Cavalhadas. Assinale a opção correta acerca de aspectos relativos às Cavalhadas no estado do Tocantins.

- A Celebração essencialmente sacra, coincide com o período do carnaval, substituindo-o em algumas regiões do estado, como é o caso mais conhecido da cidade de Dianópolis.
B Ritual que simboliza a luta entre mouros (cor vermelha) e cristãos (cor azul), certamente trazido da península Ibérica, e que tem na cidade de Taguatinga seu mais conhecido ponto de referência no estado.
C Festa de cunho inicialmente religioso, modificou-se com o tempo, assumindo na atualidade um sentido político, estando muito presente nas disputas eleitorais nos municípios.
D Realizada sempre no dia 6 de janeiro, é festa que celebra o nascimento de Jesus Cristo, encenando a visita dos magos à gruta de Belém.
E Verdadeiras romarias que acontecem nos municípios de Natividade e Araguacema, nas quais os fiéis pagam promessas feitas ao Senhor do Bonfim.

Texto IV – questões 12 e 13

O Tocantins, parte da região amazônica, cuja capital tem uma área verde de aproximadamente 21.576 hectares, sendo 2.200 de reflorestamento e 18.858 de conservação, possui condições favoráveis, exigidas pelo Protocolo de Kyoto, para promover o seqüestro do carbono e assim diminuir o aquecimento global ocasionado pelos gases poluentes. Palmas, pelas suas características, sai na frente em busca da comercialização do carbono social urbano e oferece a outros países a oportunidade de ver, nessa conquista, um ganho contínuo para se evitarem os impactos lesivos causadores das mudanças climáticas. Com esse objetivo, o resgate de 0,5 a 0,6 de carbono por ano passa a ser o alvo de cada consciência ao se prontificar a preservar o meio ambiente. A comercialização do carbono pela mais jovem capital brasileira — a primeira a ter atendido ao Projeto de Carbono Tecnológico e a primeira em Seqüestro de Carbono Urbano — dá ao mundo a chance de uma real qualidade de vida.

Raimunda Carvalho. *Consciência ambiental é o grito do planeta terra*. *Jornal do Tocantins*. In: Internet: <<http://www2.jornaldotocantins.com.br>>. Acesso em 10/2/2005 (com adaptações).

QUESTÃO 12

O Protocolo de Kyoto, formalmente em vigor a partir de fevereiro de 2005, é uma tentativa global — apesar de não contar com a adesão de alguns países de peso, como os Estados Unidos da América — para reduzir a emissão de gases poluentes na atmosfera. Segundo o texto IV, a capital do Tocantins tem todas as condições de se aproveitar de uma das possibilidades abertas no Protocolo: lucrar financeiramente com uma boa ação ambiental. Isso é possível porque o Protocolo

- A permite aos países poluidores pagar para manter suas emissões de gases causadores do denominado efeito estufa, enquanto países não desenvolvidos, com florestas e projetos de energia renovável, podem receber esses pagamentos porque retiram gases poluentes da atmosfera ou deixam de produzi-los.
- B admite ajuda financeira e cooperação técnica por parte dos organismos internacionais, como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, a todo e qualquer país que, mesmo altamente poluidor, se comprometa a reduzir a emissão de gases poluentes tão logo atinja um nível razoável de desenvolvimento.
- C fixa a data em que as capitais situadas no hemisfério sul passariam a receber subvenção da Organização das Nações Unidas para a elaboração e a entrada em vigor de seu plano estratégico de desenvolvimento sustentável, tarefa pioneiramente cumprida por Palmas, como informa o texto.
- D determina que as multas a serem pagas pelos países que mais poluem a atmosfera sejam depositadas no Banco Mundial e, a partir de um prazo mínimo de carência, sejam transformadas em empréstimos a fundo perdido para os municípios que se comprometam a preservar sua área verde.
- E estabelece prêmio pecuniário, cujo valor será definido pela Corte Internacional de Justiça, para todas as regiões do planeta que nos próximos dez anos reduzirem à metade o nível de emissão de gases poluentes na atmosfera.

QUESTÃO 13

Tendo o texto IV como referência inicial e considerando a temática por ele focalizada, julgue os itens seguintes.

- I Os números apresentados no texto demonstram que a construção de uma nova cidade para ser a capital do estado de Tocantins correspondeu a uma espécie de tragédia ambiental, praticamente dizimando a flora nativa.
- II Infere-se do texto que o Protocolo de Kyoto, ainda que considerado tímido em suas metas e não mais que um passo inicial entre os muitos que terão de ser dados, busca ser uma saída para a superação de problemas que levam a um perigoso desequilíbrio do ecossistema mundial.
- III Ao responder afirmativamente aos projetos citados no texto, relativos ao carbono, Palmas inscreve-se entre os que acreditam que o progresso, necessário e vital, deve subordinar-se a alguns preceitos essenciais, como a indispensável preservação do meio ambiente e o absoluto respeito à vida.
- IV Investir em pesquisas e projetos voltados, entre outras possibilidades, para o plantio de árvores, a regeneração de áreas degradadas, a conservação do solo e a recuperação de rios é a forma pela qual os maiores poluidores do planeta podem adquirir créditos de carbono dos países em desenvolvimento.
- V Para os críticos do Protocolo de Kyoto, sua maior falha reside em não estimular ações consistentes de desenvolvimento sustentável, fixando-se em uma posição idealista de mera preservação ambiental.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1. B 2. C 3. D 4. E 5.

QUESTÃO 14

Criado pela Constituição de 1988, o Tocantins é o mais novo estado brasileiro. Sua emancipação resulta de luta histórica que, iniciada no contexto da independência do Brasil, nas décadas iniciais do século XIX, renasceu por volta de 1920, expandiu-se na segunda metade da década de 50 e consolidou-se nos anos 80. Na base do discurso autonomista ao longo da história, sustentando-o, prevaleceu a tese da situação de abandono político-administrativo do então norte de Goiás por parte do governo central, seja imperial ou republicano. Relativamente ao processo de emancipação do estado do Tocantins, assinale a opção correta.

- A Diferentemente do ocorrido em outras regiões brasileiras, o discurso autonomista tocantinense não logrou ultrapassar o âmbito das elites locais.
- B A ausência do apoio popular à causa emancipacionista ajuda a explicar a longa e demorada batalha para alcançar seu objetivo.
- C A situação de abandono da qual se ressentia o norte goiano é uma exceção no quadro geral da ocupação e da organização político-administrativa do território brasileiro, processo que, da colônia ao século XX, foi tradicionalmente marcado pelo equilíbrio de poder e pela ausência de hegemonias regionais.
- D “Estou goiano, mas sou tocantinense”, *slogan* utilizado em determinado momento da campanha emancipacionista, reflete a partidarização política assumida pelo movimento, o que só fez ampliar a força dos que, sobretudo em Goiás, combatiam a criação do novo estado.
- E Na década de 80, enquanto o centro-sul goiano aprofundava sua integração econômica com o mercado do Sudeste do país, acentuava-se o descompasso interno entre norte e sul do estado. Por isso, tornou-se o momento certo para o adensamento do espírito autonomista, assentado no discurso do abandono administrativo e da desvantagem econômica.

QUESTÃO 15

Localizado no centro geodésico do Brasil, o Tocantins possui uma área de quase 280 mil km², onde vivem atualmente cerca de 1 milhão e 200 mil habitantes. Guardando expressivo acervo de riquezas naturais, o estado está situado na maior área de transição geográfica do continente americano. A partir desse cenário físico, do qual decorrem aspectos econômicos e turísticos muito próprios da região, julgue os itens subseqüentes.

- I A forte prevalência da floresta tropical úmida da Amazônia no Tocantins, ocupando a maior parte de seu território, torna-se, segundo os especialistas no setor, o maior impeditivo ao turismo no estado.
- II A maior área de transição geográfica das Américas, em que está situado o Tocantins, corresponde ao encontro dos ecossistemas do cerrado, da mata atlântica e da floresta amazônica.
- III O estado do Tocantins abriga a maior bacia hidrográfica totalmente brasileira, a do Tocantins-Araguaia, cujo principal rio formador — o Tocantins — tem suas nascentes no estado de Goiás, ao norte da cidade de Brasília.
- IV Negociações políticas à época da criação do estado do Tocantins explicam o fato de a ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo, ter ficado fora de seu território e mantida sob jurisdição de Goiás.
- V Um dos mais conhecidos pólos de atração de visitantes no Tocantins é o Jalapão, área em que dunas chegam a 40 metros de altura, convivendo com um complexo aquático de rios, cachoeiras, córregos e lagos, além de singulares formações rochosas.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D III e V.
- E IV e V.

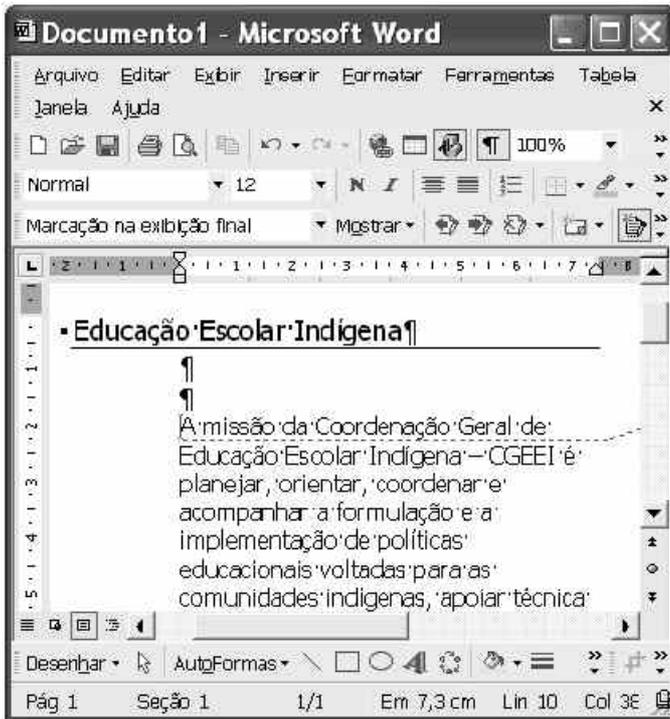
QUESTÃO 16

As exportações da carne tocaninense atingiram marcas recordes em 2004. A comercialização do produto gerou perto de 10 milhões de dólares, marca que colocou o Tocantins na liderança das exportações de carne da região Norte, representando cerca de 50% do total enviado ao exterior. As exportações do produto também atingiram a maior marca da história do estado, com um crescimento superior a 116% em relação a 2003. Isso dá ao Tocantins a quinta colocação entre os estados que somaram os maiores crescimentos nas exportações de carne no país. “Os números foram muito bons. Ganhamos espaço em 2002, quando foi registrada a doença da vaca louca na Europa. O custo baixou e o valor do produto atingiu uma boa marca”, avalia o presidente do Sindicato das Empresas Frigoríficas do Tocantins.

Emerson Alencar. **Estado lidera exportação de carne na região Norte. Jornal do Tocantins. Im:** Internet: <<http://www2.jornaldotocantins.com.br>>. Acesso em 27/1/2005 (com adaptações).

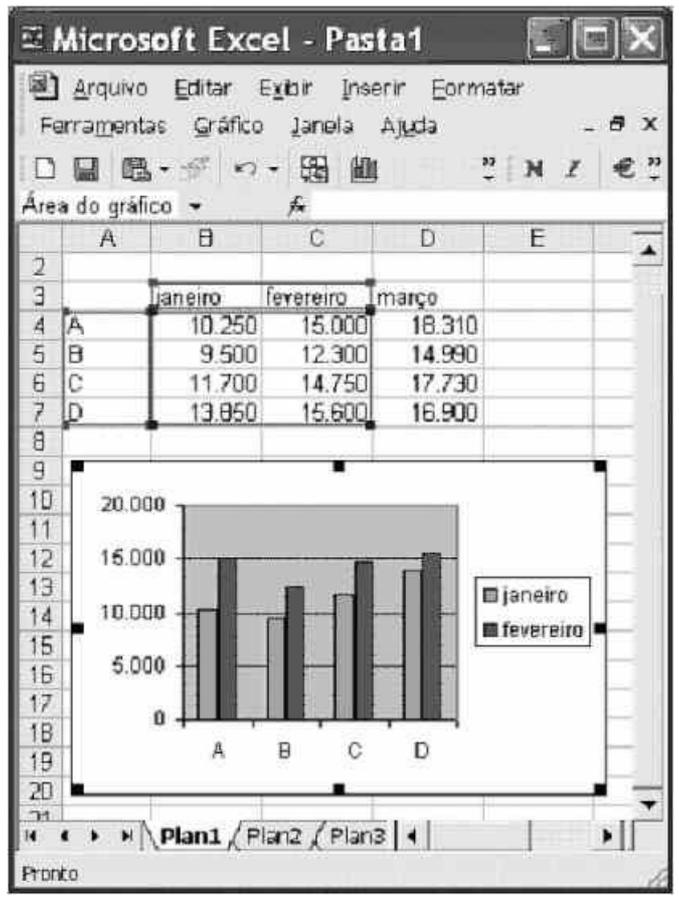
Tendo o texto acima como referência inicial e considerando os diversos aspectos que envolvem o tema por ele abordado, assinale a opção **incorreta**.

- A A pecuária extensiva constitui atividade predominante no conjunto da economia tocaninense, possuindo o estado o segundo maior rebanho de gado da região Norte.
- B O Tocantins é um dos símbolos do atual momento vivido pela economia brasileira, em que o agronegócio tem crescente relevância na pauta de exportações do país.
- C A ocorrência de graves doenças no rebanho, como o mal da vaca louca, acaba por reduzir o consumo de carne e a possibilidade de sua comercialização nos mercados mundiais.
- D Em geral, a abertura dos mercados internacionais para um produto como a carne está condicionada às adequadas e confiáveis condições sanitárias das áreas produtoras.
- E Além da pecuária, o Tocantins se notabiliza por ser uma fronteira agrícola em permanente expansão, apresentando excelentes condições em relação ao circuito produtivo da economia brasileira.



A figura acima ilustra uma janela do Word 2002 contendo um documento em processo de elaboração. Considerando essa figura, assinale a opção correta.

- A No menu **Arquivo**, encontra-se opção que permite configurar a página do documento em edição. Essa opção pode ter sido usada para se obter o recuo à esquerda observado no parágrafo contendo o trecho “Educação Escolar Indígena”.
- B Considere a realização do seguinte procedimento: clicar sobre qualquer palavra do trecho “Educação Escolar Indígena”; clicar o botão . Após esse procedimento, todo o texto mostrado do documento ficará com o mesmo recuo com relação à margem esquerda.
- C Para inserir no documento o traço horizontal contínuo mostrado, foi suficiente realizar o seguinte procedimento: clicar sobre o primeiro parágrafo mostrado; clicar o botão .
- D Sabendo que no documento em edição existe um comentário, é correto afirmar que as condições para se inserir esse comentário podem ter sido obtidas clicando-se o botão  ou por meio de opção encontrada no menu **Formatar**.
- E A partir da figura mostrada, é correto concluir que, caso seja aplicado um clique duplo sobre “técnica” e, em seguida, seja teclado , o referido termo será excluído do documento e será inserido um aviso de exclusão.



Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do Excel 2002 contendo uma planilha em processo de elaboração, assinale a opção **incorreta**.

- A O gráfico de barras mostrado na janela do Excel 2002 pode ter sido obtido por meio de recursos acessíveis ao se clicar o botão .
- B Na situação da planilha mostrada, ao se clicar os botões **N** e **I**, o estilo de fonte em uso será alterado para negrito e itálico tanto no gráfico como nas células das colunas A, B e C.
- C Na situação da planilha mostrada, para incluir automaticamente no gráfico de barras ilustrado as informações referentes ao mês de “março”, é suficiente arrastar com o *mouse* o canto inferior direito da célula C7 até o canto equivalente da célula D7.
- D Ao se clicar com o botão direito do *mouse* sobre o gráfico mostrado, será disponibilizada uma lista de opções. Uma dessas opções permite transferir o referido gráfico de **Plan1** para **Plan2**.
- E No menu **Inserir**, existe opção que permite inserir comentários associados a determinada célula. Para visualizar os comentários inseridos nas células da planilha, é correto o uso de opção existente no menu **Exibir**.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Considere que, em agosto de 2004, o tribunal de justiça de um estado-membro da Federação tenha editado resolução, por meio da qual definiu o processo de escolha dos juízes de direito para compor o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e estabeleceu que nenhum juiz de direito daquele estado-membro poderia voltar a integrar o TRE, na mesma classe ou em classe diversa, por dois biênios consecutivos. Ante essa situação hipotética, assinale a opção **incorreta**.

- A A Constituição Federal estabelece que haverá, na capital de cada estado-membro da Federação, um TRE, cuja composição inclui dois juízes de direito, escolhidos pelo tribunal de justiça daquele estado-membro.
- B A resolução do tribunal de justiça, de que cuida a hipótese considerada, padece de vício de inconstitucionalidade material, uma vez que proíbe ao juiz, quando a Constituição Federal lhe faculta, servir no TRE por dois biênios consecutivos.
- C A inconstitucionalidade da referida resolução pode ser argüida perante o Supremo Tribunal Federal (STF), órgão que detém a competência precípua para a guarda da Constituição Federal e que tem, entre outras atribuições, a competência para processar e julgar ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual questionado perante a Constituição Federal.
- D Caso a referida resolução esteja simultaneamente em conflito com a Constituição estadual, fica afastada, por disposição expressa da Constituição Federal, a competência do tribunal de justiça para processar e julgar eventual representação de inconstitucionalidade da mencionada norma em face da Constituição estadual, haja vista o inequívoco interesse do órgão julgador no objeto da representação.
- E Se a primeira recondução de algum juiz de direito ao TRE for obstada em razão da resolução de que trata o texto, esse juiz terá legitimidade para impetrar mandado de segurança para a proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, consoante estabelece a Constituição Federal.

QUESTÃO 22

Considere que o seguinte trecho tenha sido extraído de um acórdão proferido em julgamento efetuado por um tribunal superior brasileiro, em 2004.

A escuta e gravação por terceiro de comunicação telefônica alheia, sem autorização judicial e sem a ciência dos interlocutores configura ato ilícito. No presente caso, a situação reveste-se de maior gravidade, uma vez que o terceiro é um agente do Estado, ocupante de cargo público em órgão integrante do Poder Executivo federal, que deveria justamente zelar pelo cumprimento das normas legais vigentes.

A prova obtida mediante a escuta gravada por terceiro de conversa telefônica alheia é patentemente ilícita em relação aos interlocutores não-sabedores da intromissão indevida, independentemente do conteúdo do diálogo assim captado, devendo tal prova ser excluída do processo judicial.

A divulgação desse conteúdo, em rede nacional de televisão, por uma emissora pública, com personalidade jurídica própria, mas de propriedade do Estado, sem a autorização dos interlocutores, configura dando moral, tido como lesão à personalidade, à honra da pessoa.

O valor da indenização pelo dano moral deve ser arbitrado com razoabilidade, de modo a evitar o enriquecimento ilícito do ofendido.

Em face do acórdão hipotético acima transcrito, assinale a opção **incorreta**.

- A A determinação do tribunal, no sentido de que fosse excluída do processo judicial a prova em questão, está em harmonia com disposição expressa da Constituição Federal, segundo a qual são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.
- B A emissora pública, de propriedade do Estado, ao efetuar a divulgação, em rede nacional de televisão, de conversa telefônica, ilicitamente gravada, contrariou dispositivo da Constituição Federal, que garante a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.
- C O agente estatal, ao proceder à escuta e à gravação de conversa telefônica alheia, sem a devida autorização judicial, afrontou dispositivo da Constituição Federal que somente permite a violação das comunicações telefônicas, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- D O procedimento do agente estatal, ocupante de cargo público, fez que o Estado desrespeitasse direito fundamental garantido pela Constituição Federal; ressalte-se que tal categoria de direitos tem, entre as suas finalidades, a de estabelecer uma rede de proteção às pessoas contra possíveis excessos do poder estatal.
- E Em situações como as tratadas no texto, a Constituição Federal assegura ao ofendido o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação, estabelecendo ainda, de modo explícito, que o valor a ser indenizado deve corresponder ao efetivo prejuízo sofrido pelo ofendido, devendo ser arbitrado com razoabilidade.

QUESTÃO 23

Roberval, atual prefeito do município de Luzilândia em seu primeiro mandato, é candidato à reeleição. Roberval tem um filho, Bernardo, hoje com 19 anos de idade, nascido em território estrangeiro, em ocasião em que nem o pai nem a mãe estavam a serviço da República Federativa do Brasil.

Considerando a situação hipotética descrita e as atuais disposições da Constituição Federal atinentes à nacionalidade, aos direitos políticos e aos direitos fundamentais, assinale a opção correta.

- A Bernardo não pode ser considerado brasileiro, a menos que preencha simultaneamente as seguintes condições, estabelecidas na Constituição Federal: tenha sido, ao nascer, registrado na repartição brasileira competente no exterior; tenha vindo residir no Brasil antes da maioridade; e, ao completar 18 anos, tenha optado pela nacionalidade brasileira.
- B Roberval pode ser reeleito para um único período subsequente, desde que renuncie ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito.
- C Mesmo que Bernardo tenha vindo residir no Brasil e tenha optado pela nacionalidade brasileira, haverá impedimento a que se candidate a vereador no município de Luzilândia.
- D Ainda que Bernardo tenha vindo residir no Brasil e tenha optado, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira, ele não poderá jamais ocupar alguns cargos enumerados taxativamente pela Constituição Federal, tais como membro da carreira diplomática e oficial das forças armadas.
- E Caso Bernardo tenha vindo residir no Brasil e tenha optado pela nacionalidade brasileira, ele não poderá doravante perder essa nacionalidade.

QUESTÃO 24

Quanto à ordem social e aos direitos fundamentais, estabelecidos na Constituição Federal, assinale a opção **incorreta**.

- A Por disposição expressa da Constituição Federal, quaisquer normas reguladoras das contribuições sociais instituídas para o financiamento da seguridade social somente podem entrar em vigor após decorridos noventa dias da data da publicação da lei respectiva.
- B A instituição de um sistema único de saúde, por meio de uma rede regionalizada e hierarquizada, está prevista na Constituição Federal, devendo tal sistema ser organizado de acordo com as diretrizes de descentralização, atendimento integral e participação da comunidade.
- C A autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades está estabelecida na Constituição Federal, que prevê também a obediência, pelas universidades, ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- D A Constituição Federal estabelece que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, entre outras conseqüências, a sanções penais. Ainda que, por sua própria natureza, não caiba a cominação de penas privativas de liberdade para as pessoas jurídicas, as sanções penais a elas aplicáveis devem observar alguns princípios constitucionais, entre eles o de que não há crime sem lei anterior que o defina nem pena sem prévia cominação legal.
- E A Constituição Federal define requisitos e prazos mínimos para a dissolução do casamento civil pelo divórcio: separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos.

QUESTÃO 25

Relativamente às normas da Constituição Federal atinentes aos Poderes Legislativo e Executivo, assinale a opção **incorreta**.

- A O legislador constituinte brasileiro distribuiu as funções estatais entre os poderes da República, sem, contudo, atribuir a exclusividade absoluta da função a determinado poder. Assim, o Poder Legislativo tem, como funções típicas, as de legislar e fiscalizar e, como funções atípicas, as de julgar e administrar.
- B No sistema federativo e republicano brasileiro, o Poder Legislativo é bicameral em todos os níveis, reunindo-se os seus membros anualmente, de 15 de janeiro a 30 de junho e de 1.º de julho a 15 de dezembro, período denominado de sessão legislativa, sendo que cada legislatura compõe-se de quatro sessões legislativas.
- C A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional, em cada estado, em cada território (se houver) e no Distrito Federal; a Constituição Federal, todavia, atenua o critério da proporcionalidade absoluta entre os representados e os representantes, ao determinar que nenhuma das unidades da Federação tenha menos de oito e mais de setenta deputados federais.
- D Ressalvado o caso de vacância de ambos os cargos de presidente e vice-presidente da República durante o mandato, o presidente da República é eleito pelo povo, em votação direta e secreta, para mandato de quatro anos; nessa situação, o sistema eleitoral adotado é o majoritário de dois turnos, segundo o qual é considerado eleito o candidato que obtiver, no primeiro turno, a maioria absoluta dos votos, não computados os em branco e os nulos; ou que obtiver, no segundo turno, a maioria dos votos válidos.
- E A Constituição Federal exige alguns requisitos para a candidatura ao cargo de presidente da República, entre eles, os de ser brasileiro nato, estar em pleno exercício dos direitos políticos, ter mais de 35 anos de idade e possuir filiação partidária.

QUESTÃO 26

O Brasil é considerado um país moderno quanto à forma como realiza as eleições. Alguns países já solicitaram ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o intercâmbio de informações a respeito de procedimentos eleitorais. Quanto à legislação, esta tem sido substancialmente alterada desde a promulgação da Constituição de 1988. Entretanto, permanece em vigor um documento básico, o Código Eleitoral de 1965. A respeito da estrutura e funcionamento da justiça eleitoral, nos termos do Código Eleitoral (Lei n.º 4.737/1965), assinale a opção correta.

- A Ministro do TSE pode ser casado com a irmã de outro ministro desse tribunal.
- B Decisão do TSE sobre cassação de registro de partido político exige maioria absoluta de ministros presentes, e maioria simples de votos favoráveis.
- C Dois integrantes do TSE têm de ser advogados, escolhidos pelo presidente da República a partir de lista sêxtupla indicada pelo STF.
- D Um dos advogados indicados para o TSE deve ser parlamentar, federal ou estadual.
- E É competência originária do TSE expedir o diploma dos eleitos para cargos municipais.

QUESTÃO 27

A partir das disposições sobre o sistema eleitoral brasileiro a que se refere o texto vigente do Código Eleitoral, assinale a opção correta.

- A Nas eleições proporcionais, caso nenhum partido alcance o quociente eleitoral, são eleitos os candidatos mais votados, independentemente da votação do partido ou coligação.
- B O candidato pode filiar-se ao partido após a convenção partidária indicar o seu nome, na hipótese de eleição majoritária.
- C Por se tratar de mandato federal, o registro de candidato a deputado federal é feito perante o TSE.
- D Na eleição para deputado estadual, os votos em branco são computados para o efeito de cálculo do quociente eleitoral.
- E Nas eleições federais e estaduais, a circunscrição é o país.

QUESTÃO 28

A Lei Eleitoral brasileira (Lei n.º 9.504/1997) é considerada a mais importante atualização do Código Eleitoral. Sua característica fundamental é ser uma lei eleitoral permanente. A partir dela, não é mais necessária a elaboração de uma lei para cada eleição, como ocorria até então. Com base nessa lei, assinale a opção correta.

- A As eleições devem ser realizadas sempre no dia 3 de outubro.
- B O candidato a governador é eleito em primeiro turno na hipótese de maioria simples.
- C O candidato deve estar filiado ao partido político seis meses antes da eleição, mas pode desincompatibilizar-se do domicílio eleitoral até quatro meses antes do pleito.
- D Na eleição majoritária, o critério da idade é utilizado para desempatar, na definição do participante do segundo turno, quando dois candidatos têm a mesma votação.
- E A lei eleitoral proíbe coligações partidárias para deputado federal, ao dispor sobre verticalização.

QUESTÃO 29

A respeito das competências dos tribunais e dos juízes eleitorais, assinale a opção correta.

- A O pedido de registro de candidatura a deputado estadual deve ser feito perante a junta eleitoral de sua circunscrição.
- B A suspeição ou o impedimento de servidor da justiça eleitoral deve ser julgada, originariamente, pelo TRE respectivo.
- C A expedição do diploma de senador da República é feita pelo TSE, por se tratar de mandato nacional.
- D O procurador-geral eleitoral, chefe do Ministério Público, tem competência para fixar as diárias dos corregedores regionais eleitorais e seus auxiliares, no caso de diligências fora da sede.
- E O TRE pode determinar diretamente a convocação de força federal para assegurar a normalidade do pleito.

QUESTÃO 30

O Código Eleitoral confere ao TSE a competência para expedir instruções para a sua fiel execução. No exercício dessa atribuição, o TSE expede resoluções que regulamentam aspectos essenciais do Código e da Lei Eleitoral, inclusive alistamento e serviços eleitorais, de que é exemplo a Resolução n.º 21.538/2003. A respeito desse assunto, assinale a opção correta.

- A O alistamento eleitoral, onde não for possível o processamento eletrônico, realizar-se-á por meio manual, executado pelo serventuário da justiça indicado pelo juiz eleitoral.
- B Servidor público transferido para trabalhar em outro município somente pode pedir transferência do domicílio eleitoral após o transcurso de um ano do último alistamento.
- C Em caso de extravio do título eleitoral, o eleitor deve pedir segunda via à junta eleitoral de sua zona.
- D A data da emissão do título eleitoral, na hipótese de alistamento e transferência, é a da entrega do título ao eleitor.
- E Para requerer transferência de domicílio eleitoral, o cidadão deve comprovar a quitação com a justiça eleitoral e entregar o seu título de eleitor ao cartório.

QUESTÃO 31

Sebastião, servidor público, no exercício de sua função, após realizar ato de fiscalização e constatar descumprimento de lei, multou um infrator. Este, por sua vez, ofereceu a Sebastião vantagem pecuniária para que a multa fosse desconstituída. Sebastião aceitou e, após receber o valor oferecido, rasgou o auto de infração já lavrado, beneficiando o particular. Descoberta a trama, a administração pública instaurou processo administrativo disciplinar contra Sebastião, que foi demitido do cargo público que ocupava. Tendo em vista que a conduta de Sebastião é prevista como crime no Código Penal brasileiro, o Ministério Público, ao mesmo tempo, ofereceu ação penal que foi recebida e passou a tramitar no Poder Judiciário.

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- A A demissão por ato da administração é incabível, pois sendo o fato também considerado crime, a perda do cargo somente poderia ocorrer em decorrência de decisão tomada pela autoridade judicial competente para o julgamento do crime.
- B A demissão pode ser determinada administrativamente, após processo administrativo disciplinar, pois é incidente a independência entre as instâncias administrativa e criminal.
- C Não há qualquer relação de interdependência entre as instâncias administrativa, criminal e civil, as quais são absolutamente incapazes de influenciar umas às outras.
- D Uma vez que Sebastião seja responsabilizado em uma das instâncias, seja ela civil, criminal ou administrativa, não mais poderá sofrer sanção em quaisquer das outras.
- E Caso Sebastião seja demitido administrativamente antes da ocorrência da condenação criminal em face da ação penal em curso, o processo-crime será encerrado.

QUESTÃO 32

O Estado possui o poder de limitar ou restringir o uso da propriedade, de direitos e das atividades dos particulares em benefício do bem comum. Tal faculdade reflete a utilização do poder

- A hierárquico, que significa justamente a possibilidade de a administração pública fazer uso da sua supremacia sobre os interesses privados.
- B disciplinar, o qual consiste no direito que possui a administração de ditar regras de conduta para que atos dos particulares não venham a afetar o interesse coletivo.
- C regulamentar, uma vez que só é possível limitar a propriedade, os direitos e as atividades de particulares mediante a prévia publicação de decreto ou regulamento.
- D de polícia, cujo exemplo é a atuação em prol da preservação da saúde pública.
- E de polícia judiciária, cuja principal distinção do poder de polícia administrativa é o fato de que o primeiro incide sobre bens, direitos e atividades, enquanto o segundo incide sobre pessoas.

QUESTÃO 33

O Decreto-lei n.º 200/1967, com suas alterações legislativas, regula a estrutura administrativa da organização federal e divide a administração pública em administração direta e indireta. Sabendo que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é uma autarquia; a Secretaria Especial de Direitos Humanos é comandada por secretário especial, que tem *status* de ministro; o IBAMA é uma autarquia; a Caixa Econômica Federal é uma sociedade de economia mista; a FUNAI é uma fundação pública; a Casa Civil da Presidência da República é órgão de assessoramento ao qual compete, entre outras tarefas, coordenar e integrar as ações de governo, assinale a opção **incorreta**.

- A O IBAMA e a Caixa Econômica Federal fazem parte da administração indireta.
- B A Casa Civil da Presidência da República tem personalidade jurídica própria e integra a administração indireta.
- C A FUNAI é exemplo de entidade que integra a estrutura da administração indireta.
- D A Secretaria Especial de Direitos Humanos compõe a administração direta.
- E O INSS não é hierarquicamente subordinado ao Ministério da Previdência Social.

QUESTÃO 34

Jânio, após concluir curso de nível superior, passou a preparar-se para enfrentar exames de concursos públicos. Submeteu-se, inicialmente, a concurso público para provimento do cargo de analista judiciário do TSE, logrando aprovação. Foi nomeado (1) e tomou posse em 20/5/2000. Porém, todas as vagas existentes eram destinadas a lotação no Distrito Federal e Jânio desejava voltar para seu estado de origem, Tocantins, razão pela qual permaneceu estudando até ser aprovado para o cargo de analista judiciário do TRE/TO. Jânio pediu exoneração (2) do cargo que ocupava e, em 18/7/2002, assumiu o novo cargo (3). Como era muito competente e diligente, Jânio foi agraciado com uma função de chefia e o seu colega Ronaldo foi indicado para assumir as funções de Jânio, automática e cumulativamente, sem prejuízo do cargo que ocupava, quando dos afastamentos legais daquele. Jânio, que, no último ano, não usufruía o seu período de férias, acumulou dois períodos de 30 dias e afastou-se para descanso. Nesse período, Ronaldo assumiu as funções de Jânio (4).

Em relação às situações indicadas pelos números 1, 2, 3 e 4, respectivamente, na situação hipotética descrita acima, é correto afirmar que houve

- A provimento, demissão, promoção, redistribuição.
- B aproveitamento, vacância, aproveitamento, substituição.
- C provimento, vacância, recondução, substituição.
- D aproveitamento, demissão, recondução, redistribuição.
- E provimento, vacância, provimento, substituição.

QUESTÃO 35

A respeito da organização dos poderes do Estado, assinale a opção correta.

- A A República Federativa do Brasil adota a teoria da tripartição de poderes, prevendo, ainda, que sejam eles independentes e harmônicos entre si.
- B O Tribunal de Contas da União é um dos tribunais superiores que fazem parte do Poder Judiciário brasileiro.
- C Em toda a história republicana brasileira, adotou-se a teoria da tripartição dos poderes, exceto a partir de 1988, quando a Constituição Federal, além dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, expressamente instituiu o Ministério Público como mais um poder, passando a vigorar a teoria quatripartite dos poderes do Estado.
- D A previsão de que ao Senado Federal compete aprovar, previamente, a escolha de presidente e diretores do Banco Central do Brasil viola o princípio de independência entre os poderes do Estado.
- E O TSE, por ser um órgão de jurisdição especializada, não integra os quadros do Poder Judiciário brasileiro.

QUESTÃO 36

Com relação aos atos administrativos de permissão e autorização, julgue os itens a seguir.

- I Autorizações são atos administrativos unilaterais e precários em que está presente a discricionariedade da administração pública.
- II Permissões são atos discricionários da administração pública, e, como tal, dispensam sempre a prévia realização de licitação.
- III Não há direito subjetivo à obtenção ou à continuidade da autorização, mesmo que o interessado preencha todos os requisitos exigidos pela administração pública.
- IV Não se admite a hipótese de permissão condicionada no sistema administrativo brasileiro após a Constituição Federal de 1988, pois essa permissão limitaria o poder discricionário da administração pública.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 0. B 1. C 2. D 3. E 4.

QUESTÃO 37

As considerações abaixo são relativas a algumas das categorias em que são classificados os agentes públicos.

- I Agentes políticos atuam com plena liberdade funcional, desempenhando suas atribuições com prerrogativas e responsabilidades próprias, estabelecidas na Constituição Federal e em leis especiais.
- II Agentes administrativos são todos aqueles que se vinculam ao Estado ou às suas entidades autárquicas e fundacionais por relações profissionais, sujeitos à hierarquia funcional e ao regime jurídico determinado pela entidade estatal a que servem.
- III Agentes honoríficos são cidadãos convocados, designados para prestar, transitoriamente, determinados serviços ao Estado, em razão de sua condição cívica, de sua honorabilidade ou de sua notória capacidade profissional, mas sem qualquer vínculo empregatício ou estatutário e, normalmente, sem remuneração.

Hely Lopes Meirelles. **Direito administrativo brasileiro**. 29.^a ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004 (com adaptações).

Com base nessas considerações, assinale a opção que apresenta exemplos de agentes político, administrativo e honorífico, respectivamente.

- A procurador da República, analista judiciário de TRE, mesário eleitoral
- B presidente da República, secretário de saúde do Distrito Federal, juiz de paz
- C ministro do TSE, promotor de justiça, jurado
- D prefeito, secretário municipal, jurado
- E governador de estado, promotor de justiça, mesário eleitoral

QUESTÃO 38

Acerca da estruturação da administração pública brasileira a partir de 1930, assinale a opção **incorreta**.

- A A década de 30 caracterizou-se por uma significativa centralização no nível político e econômico, expressão de uma forma de Estado autoritário que conduziu o início de processo de modernização e industrialização do país. Nesse período, assistiu-se à superação do Estado voltado para a regulação da vida social e econômica, substituído por um Estado intervencionista, mais ativo na promoção do desenvolvimento econômico do país. Consolidou-se, assim, o Estado administrativo. A expansão do Estado intervencionista deu-se mediante três linhas de ação: a criação de órgãos e departamentos formuladores de políticas públicas, buscando-se a participação das corporações por meio da formação de conselhos; a expansão dos órgãos da administração direta e a expansão empresarial do Estado.
- B Durante o governo de Juscelino Kubitschek, destacam-se algumas ações de reforma, como: elaboração de anteprojeto de reforma geral da administração pública federal, em que se mencionava pela primeira vez a questão da descentralização; criação da Comissão de Simplificação Burocrática, objetivando reformas globais, criação de meios para a descentralização dos serviços, bem como fixação de responsabilidades e prestação de contas à autoridade; criação da Comissão de Estudos e Projetos Administrativos, visando mudanças nos processos administrativos e reformas ministeriais; criação do Conselho do Desenvolvimento como órgão centralizador da política econômica, do Conselho de Política Aduaneira e da SUDENE; criação da EBAP, vinculada à FGV, para a implantação do ensino sistematizado de administração pública no país.
- C Durante os governos militares pós-64, o planejamento tornou-se um princípio dominante e, em decorrência disso, a Secretaria de Planejamento adquiriu *status* de agência central, controlando o sistema de planejamento e o sistema de contabilidade e auditoria interna.
- D O foco das ações de reforma do período Collor, na realidade, concentrou-se no projeto de privatização das empresas estatais. Do ponto de vista da administração direta, embora ressalte-se o papel de destaque dado ao processo de descentralização da gestão dos serviços públicos, notadamente no setor de saúde possibilitou a continuidade de ações fundadas no princípio, não havia uma orientação orgânica de reforma, a não ser a extinção de órgãos e o corte de pessoal. Quanto à inovação de procedimentos gerenciais, destaca-se a experiência pioneira do contrato de gestão implantado no hospital Sarah Kubitschek, em Brasília.
- E O Projeto de Reforma Administrativa de 1995 propunha, entre outros, os seguintes itens:
- restauração da cidadania, garantindo aos cidadãos os seus direitos, segundo os critérios da universalidade e do acesso irrestrito;
 - democratização da ação administrativa em todos os níveis, mediante redução do formalismo e dos mecanismos de controle; controle do Poder Executivo pelo Poder Legislativo e pela sociedade; articulação e proposição de novas modalidades organizacionais de decisão, controle e execução.
 - descentralização e desconcentração da ação administrativa, modo a situar a decisão pública próximo ao local da ação e evitar o crescimento desordenado da administração pública;
 - revitalização do serviço público e valorização do servidor público;
 - melhoria dos padrões de desempenho, principalmente no que diz respeito à utilização de recursos.

QUESTÃO 39

Há reformas que buscam superar o modelo racional-legal e conduzir a administração pública ao paradigma pós-burocrático e à prática do empreendedorismo governamental. Assinale a opção **incorreta** acerca dos princípios adotados por essas reformas.

- A O princípio da participação da população no governo baseia-se na transferência do poder decisório da burocracia para as comunidades. Nesse caso, os governos transferem o controle dos serviços públicos e a responsabilidade final de garantir que os serviços sejam prestados às comunidades.
- B A ênfase do governo no cliente consiste em aproximar os órgãos governamentais dos usuários de serviços públicos, de modo a identificar os seus anseios e incorporar as críticas, com o objetivo de moldar a prestação de serviços conforme as suas reais necessidades.
- C O princípio do governo orientado por missões pressupõe que, em contraposição às organizações públicas rigidamente dirigidas por normas e regulamentos, as organizações orientadas por missões são mais racionais, eficazes, criativas, têm maior flexibilidade operativa e moral mais elevado.
- D O princípio da competição nos serviços públicos tem como meta a competição não apenas entre os setores público e privado, mas dentro de cada um desses dois setores que operam na jurisdição de um dado governo.
- E O princípio do governo de resultados privilegia os resultados a atingir e não simplesmente os recursos. Isso significa dispor de um efetivo sistema de avaliação das ações do governo, que considere não apenas a concretização física e financeira dos projetos, mas também o seu sucesso no cumprimento dos objetivos socialmente colimados.

QUESTÃO 40

O diagrama de Ishikawa, também conhecido como diagrama de espinha de peixe ou diagrama de causa e efeito, é um artifício gráfico usado particularmente em

- A pesquisa operacional.
- B planejamento estratégico de *marketing*.
- C teoria dos jogos.
- D círculos de qualidade.
- E árvores de decisão.

QUESTÃO 41

Acerca das determinações constitucionais e da administração financeira e orçamentária do setor público, assinale a opção **incorreta**.

- A A lei orçamentária anual não contém dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- B O poder executivo publica, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- C O projeto de lei orçamentária deve ser acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- D A lei que institui o PPA estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- E Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes podem ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos adicionais, com prévia e específica autorização legislativa.

QUESTÃO 42

O poder legislativo não pode aprovar emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias, senão quando

- A aprovadas por maioria absoluta dos congressistas.
- B compatíveis com a programação plurianual.
- C tiverem parecer favorável das comissões técnicas competentes.
- D indicarem recursos provenientes da anulação de despesas.
- E criarem as receitas necessárias ao seu financiamento.

QUESTÃO 43

A respeito das obrigações, assinale a opção correta.

- A Nas obrigações de fazer, e não fazer pode o credor, quando verificada a urgência, mandar executar o fato ou desfazer aquilo que o devedor era obrigado a não fazer, às suas expensas, desde que autorizado judicialmente.
- B Havendo obrigações alternativas com pluralidade de optantes, não existindo unanimidade entre eles, bem como no caso de caber a escolha a um terceiro que não possa ou que se recuse a optar, cabe ao credor a escolha da prestação.
- C O juiz pode reajustar o valor das prestações, de ofício, quando verificar a desproporção manifesta entre o valor da prestação e aquele que a mesma assumia no momento da pactuação.
- D Na hipótese de obrigação solidária passiva, o cumprimento total da obrigação por qualquer dos devedores tem efeito liberatório em relação aos demais.
- E Na assunção de dívida, ocorre a substituição do sujeito passivo da relação creditória, surgindo, assim, uma nova obrigação, extinguindo-se os direitos acessórios e as garantias da dívida originária e propiciando a liberação do devedor primitivo.

QUESTÃO 44

No que se refere aos recursos no processo cível, assinale a opção correta.

- A A parte que se sentir prejudicada por uma decisão judicial que julgou totalmente improcedente o pedido inicial, cassando a decisão liminar anteriormente concedida, pode interpor agravo de instrumento contra a parte que cassou a decisão liminar e apelação contra o mérito da sentença.
- B O apelante pode oferecer embargos infringentes contra o acórdão que, por maioria, negar provimento à apelação. No caso, o recurso deve ser conhecido por satisfazer os seus requisitos de admissibilidade, ou seja, decisão tomada por maioria de votos no julgamento de apelação.
- C Tem legitimidade para recorrer aquele que figurou como parte, ainda que revel, ou que poderia ter figurado como tal no processo. No entanto, exige-se, para recorrer, além da legitimidade, que o recorrente tenha interesse, que decorre do prejuízo que a decisão possa ter causado.
- D Interposto recurso de apelação contra sentença que julgou procedente ação de cobrança, o apelante só pode desistir do mencionado recurso com a anuência expressa da outra parte.
- E O agravo de instrumento não admite o juízo de retratação pelo próprio prolator da decisão impugnada, tendo em vista a sua interposição perante o tribunal *ad quem*. Assim, interposto o recurso perante o órgão superior, considera-se encerrada a função jurisdicional do juiz singular, cabendo ao tribunal a revisão da decisão.

QUESTÃO 45

Técio, fiscal da Receita Federal, de comum acordo com Tibério que, recentemente nomeado para o mesmo cargo, ainda não havia assumido as suas funções, consciente e voluntariamente empregam meios vexatórios na cobrança de imposto devido à receita por Cássio, proprietário de certo estabelecimento comercial, expondo-o à vergonha, por ser inimigo de ambos. Assim agindo, submeteram Cássio à situação vexatória não autorizada em lei, consubstanciada na interdição ilegal do estabelecimento comercial, na presença de pessoas que ali se encontravam.

Considerando a situação hipotética acima descrita, assinale a opção correta.

- A Mesmo desconsiderando o concurso de agentes, Tibério não responderia por crime contra a administração pública, tendo em vista que, embora já tivesse sido nomeado para o cargo de fiscal da Receita Federal, ainda não havia, ao tempo do fato assumido as suas funções, o que afasta a qualidade de funcionário público, que é requisito essencial dos crimes contra a administração pública.
- B A circunstância “funcionário público” de Técio não se comunica a Tibério, pois é condição de caráter pessoal.
- C Para a consumação do crime acima descrito é indispensável que haja o recebimento do tributo cobrado pelo sujeito ativo, pois, caso contrário, haverá apenas tentativa perfeita.
- D O delito acima descrito diferencia-se do crime de corrupção passiva porque nesta o funcionário solicita ou recebe vantagem indevida, enquanto no excesso de exação o funcionário emprega na cobrança do tributo meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.
- E Se o funcionário desvia, em proveito próprio, o que recebeu indevidamente em razão da conduta supra mencionada, incorre nas mesmas penas, havendo no caso *post factum* impunível ou mero exaurimento do crime.

QUESTÃO 46

Assinale a opção correta, à luz do Direito Processual Penal.

- A É cabível *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.
- B No processo dos crimes afiançáveis de responsabilidade dos funcionários públicos, antes de o juiz receber a denúncia, o réu será notificado para manifestar-se sobre a acusação.
- C A prisão em flagrante depende de ordem escrita do juiz competente para ser efetivada.
- D É cabível a prisão preventiva quando se tratar de prática de crimes dolosos ou culposos contra a vida.
- E As provas colhidas no inquérito policial podem servir de fundamento único de sentença penal condenatória, pois aquele, como procedimento administrativo inquisitório, é regido pelo princípio do contraditório.

QUESTÃO 47

A respeito das hipóteses em que se configura a perda automática da jurisdição eleitoral por membro do tribunal, segundo o regimento interno do TRE/TO, assinale a opção **incorreta**.

- A Uma das circunstâncias que importa em perda automática da jurisdição eleitoral é a aposentadoria do membro do tribunal.
- B Caso um membro do tribunal, que tenha tomado posse para preenchimento de vaga destinada à representação da classe dos advogados, perca a qualidade de advogado por reconhecimento de incompatibilidade pela Ordem dos Advogados do Brasil, a perda de jurisdição eleitoral será automática.
- C A idade mínima para configurar caso de perda automática da jurisdição eleitoral por membro do tribunal, segundo esse critério, é 75 anos de idade.
- D O término do respectivo período para o qual o membro do tribunal foi indicado importa na perda automática da jurisdição eleitoral.
- E Quando o membro do tribunal completa 70 anos de idade ocorre a perda automática da jurisdição eleitoral.

QUESTÃO 48

O vice-presidente do TRE/TO acumula a função de corregedor-regional, ao qual competem atividades de inspeção e correição dos serviços eleitorais no estado do Tocantins. A respeito das atribuições legais do corregedor-regional eleitoral, assinale a opção **incorreta**, de acordo com o disposto no regimento interno do TRE/TO.

- A O corregedor-regional recebe e processa os pedidos de providências contra escrivães e servidores da Justiça Eleitoral e, por não poder decidi-los por si mesmo, deve, obrigatoriamente, remetê-los a outro juízo eleitoral.
- B Ao corregedor-regional incumbe, em regra, receber e processar os pedidos de providências contra juízes eleitorais, encaminhando-os ao tribunal com o resultado das sindicâncias procedidas, quando considerar aplicável a pena de advertência.
- C Compete ao corregedor-regional investigar se as denúncias oferecidas têm tido tramitação normal.
- D É atribuição do corregedor-regional orientar os juízes eleitorais quanto à regularidade dos serviços nos respectivos juízos e cartórios.
- E Ao corregedor-regional incumbe determinar, nos casos de pluralidade de inscrição eleitoral, em zonas diferentes, a instauração de processos de cancelamento, estabelecido a competência jurisdicional para instrução e julgamento dos mesmos.

QUESTÃO 49

Hildebrando, servidor público federal, sentindo muitas dores nos braços, em decorrência da posição incorreta que adotava durante o uso do teclado do computador, procurou o seu médico, o qual diagnosticou o acometimento de lesão por esforço repetitivo e recomendou que Hildebrando ficasse 20 dias sem trabalhar e fosse submetido a sessões de fisioterapia. Nessas condições, assinale a opção correta a respeito das normas que regulamentam a licença para tratamento de saúde a que tem direito o servidor público federal.

- A Para obter a licença de 20 dias, Hildebrando deve submeter-se inicialmente a junta médica, não bastando a inspeção realizada por médico do setor de assistência do órgão em que trabalha.
- B Em nenhuma hipótese a inspeção médica poderá ser realizada na residência do servidor.
- C Caso Hildebrando, durante o mesmo exercício, atinja o limite de 30 dias de licença para tratamento de saúde, em decorrência da persistência dos sintomas da lesão que contraiu, deverá submeter-se à inspeção médica por junta oficial para a concessão de novas licenças, independentemente do prazo de duração delas.
- D Ainda que Hildebrando consiga a licença para tratamento de saúde, esta ocorrerá com prejuízo da sua remuneração.
- E Hildebrando pode escolher entre apresentar ao órgão no qual trabalha um atestado passado por seu médico particular ou um atestado passado pelo médico do setor de assistência do órgão de pessoal no qual exerce suas atividades.

QUESTÃO 50

Com relação às regras que normatizam os vencimentos e a remuneração dos servidores públicos federais, assinale a opção correta.

- A Vencimento é a remuneração do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
- B Remuneração é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
- C O vencimento e a remuneração são absolutamente insuscetíveis de penhora.
- D As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito não podem ser objeto de compensação.
- E O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando o espaço indicado do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a folha de **TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.

ATENÇÃO! Na folha de **texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo.

Em outubro de 1998, o governo federal alterou, em profundidade, o marco conceitual e metodológico para a elaboração e gestão do Plano Plurianual (PPA) e dos orçamentos públicos. Os projetos de lei do PPA e dos orçamentos para o exercício fiscal de 2000 foram formulados de acordo com a nova orientação. Tais mudanças exigirão esmerado monitoramento e permanente avaliação para que não se restrinjam aos aspectos formais, mantendo intocados os conteúdos e as mesmas práticas antiquadas.

Construir um sistema de planejamento estratégico público que seja um poderoso instrumento de governo requer, antes de mais nada, que se tenha consciência de sua necessidade. E não há indícios seguros de que essa consciência esteja generalizada entre dirigentes públicos, parlamentares, quadros técnicos superiores, universidades, partidos políticos. O tamanho dessa deficiência pode, inclusive, ser tomado como indicador de nosso atraso político-institucional. Mudar um sistema de planejamento é tarefa hercúlea. A mudança, para deitar raízes profundas, tem de se dar primeiro nas mentalidades. E mudar *cabeças* não é fácil. Mas acontece. Demanda estudo, discussão, reflexão, testes práticos, capacidade de aprender com o erro. Após isso, há que se pensar nos processos de trabalho que correspondam e sejam apropriados ao novo, que corporifiquem e dêem vazão ao processo transformador. Em seguida, pode-se pensar na organização institucional mais adequada ao funcionamento da novidade e que dinamize a mudança. Isso é quase o oposto das nossas reformas administrativas, que se atêm aos organogramas e esquecem o resto.

As determinações emanadas do Decreto n.º 2.829/1998 e da Portaria MOG n.º 42/1999 constituirão marcos históricos do planejamento governamental brasileiro. Os esforços da SPA e da SOF para levá-las à prática cedo ou tarde serão reconhecidos como fundamentais para transformar e modernizar o planejamento federal. Trata-se, entretanto, de um começo. Como qualquer outro, possui debilidades e insuficiências, pois assim são todas as inovações. Crescer, acumular forças, aumentar capacidades, ampliar escopos é um caminho a ser trilhado.

Ronaldo Coutinho Gonzaga. A reorganização do processo de planejamento do governo federal: o PPA 2002-2003 (com adaptações).

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo que associe a modificação ocorrida na sistemática de planejamento e orçamentos do setor público federal ao processo de reforma da administração pública em curso, e que aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ conformidade da mudança com os princípios propostos para a reforma da administração pública em curso;
- ▶ principais virtudes e deficiências do modelo então proposto identificadas até hoje.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	